

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 005/2004
DE 17-02-2004**

ACTA N.º 005/2004

Data da reunião Extraordinária: 17-02-2004

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 9,20 horas

Intervalos: das 10,58 horas às 11,25 horas

Términus da reunião: 12,05 horas

Resumo diário da Tesouraria: 16/02/20041.863.211,15
€

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Repartição em Regime de Substituição

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e vinte minutos**, dando início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”.-----

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

--- CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA ÁGUAS DO RIBATEJO, EMPRESA INTERMUNICIPAL – Em conformidade com o deliberado na reunião de doze de Janeiro último, foram presentes para conhecimento o Anúncio, Caderno de Encargos e Programa de Procedimento para selecção de parceiro privado para participar na constituição da empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos. Os documentos referidos ficam anexos à presente acta (Documento I) dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Foi também presente uma proposta apresentada pelos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, que fica anexa à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei, distribuída na presente reunião, propondo a alteração e aditamento de artigos no caderno de encargos e programa de procedimento de selecção.-----

--- O **Senhor Presidente** começou por afirmar que nunca o adjectivo da reunião de hoje – extraordinária – assentou tão bem à sua realização e que traduz esse cariz extraordinário.-----

--- Prosseguiu referindo ter sido “a plena consciência da importância decisiva para o nosso desenvolvimento e da Lezíria, a constituição das Águas do Ribatejo, que me levou, na reunião de doze de Janeiro deste ano a apresentar uma intervenção por escrito, para que ficassem inequivocamente expressas as razões pelas quais os eleitos do PS - Partido Socialista na Câmara de Santarém, apoiavam aquela decisão;-----

--- Não vou voltar a elencar todos os argumentos aduzidos a favor da constituição da empresa – são conhecidos e hoje ainda mais, depois de todas as notícias e debates que têm havido sobre o assunto;-----

--- Em relação aos pedidos de esclarecimentos solicitados à Associação de Municípios

da Lezíria do Tejo, considero estarem removidos os fundamentos das principais dúvidas dos senhores Vereadores da oposição. De facto, da leitura dos documentos remetidos recentemente pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo resulta a garantia que: -

- - A sede da empresa ficará em Santarém -----
- - O investimento para o Concelho de Santarém é superior à proporção do nosso Município no capital da empresa-----
- - As tarifas terão apenas as actualizações anuais resultantes da inflação-----
- - Os direitos dos trabalhadores estão garantidos. Os trabalhadores podem optar se querem ir ou não para a empresa e nunca perderão direitos. -----
- Em face do exposto julgo sinceramente não haver razões para inviabilizar a constituição da empresa. -----
- A eventual inviabilização da constituição da empresa levará a que continuemos na mesma, com a impossibilidade de financiar investimentos fundamentais, principalmente na área do saneamento. -----
- Outra alternativa será a concessão dos sistemas aos privados. Mas quanto a esta opção, a experiência de outros municípios leva-nos a verificar o disparo das tarifas cobradas aos munícipes.-----
- A opção por uma empresa intermunicipal totalmente pública não foi considerada por se saber que esta forma jurídica cairia na alçada das pesadas restrições ao endividamento municipal actualmente existentes. -----
- Peço serenidade e objectividade no debate que se vai seguir e principalmente que decidam fundamentalmente com os olhos postos nos interesses dos nossos munícipes e no desenvolvimento das vinte e oito Freguesias do Concelho de Santarém.” -----
- Seguidamente deu a palavra aos senhores Vereadores, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----
- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** face à proposta distribuída pelos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, sugeriu que a mesma fosse devidamente apresentada e justificada, tendo o **senhor Presidente** referido que tal faria todo o sentido

se se estivesse a iniciar o debate. Todavia este assunto foi pela primeira vez abordado em Dezembro de dois mil e três e tem vindo a ser sucessivamente adiado. Na última reunião onde este assunto foi abordado os senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata consideraram fundamental que fosse apresentado, para conhecimento do Executivo, o anúncio, caderno de encargos e programa do procedimento de selecção, o que foi feito. -----

--- Nesta altura todas as propostas serão bem vindas e poderão ser acolhidas, enquanto propostas a remeter à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** referiu que na reunião de doze de Janeiro havia solicitado que fossem apresentados o caderno de encargos e programa de procedimento porque só depois de ter estes documentos o PSD - Partido Social Democrata se pronunciaria sobre a adesão à empresa. -----

--- Considerou haver situações que sempre defenderam e que estão contempladas no caderno de encargos, como é o caso da sede da empresa ser em Santarém e as tarifas não estarem indexadas a um determinado lucro. Todavia há outras situações que não estão contempladas, designadamente que um dos critérios de selecção do parceiro privado seja um prémio de subscrição. -----

--- O **senhor Presidente** frisou que o que está a ser apreciado é a constituição da empresa e não o caderno de encargos ou o programa de procedimento, que foram documentos solicitados para conhecimento e ainda não foram sequer objecto de votação na Associação de Municípios. Solicitou estes documentos para que os senhores Vereadores pudessem dispor de mais elementos que ajudassem a tomar uma decisão sobre a adesão ou não de Santarém a esta empresa. -----

--- Neste momento o que se poderá fazer é remeter à Associação de Municípios propostas de recomendação no sentido de alterar alguns artigos com a concordância de todos os municípios. É obvio que Santarém é muito importante para esta empresa mas também é obvio que na constituição de uma empresa os parceiros têm que estar de acordo e, neste momento, há oito municípios que já concordaram com os documentos

apresentados.-----

--- O senhor **Vereador José Andrade** referiu que se a proposta hoje apresentada for aceite terão uma abordagem diferenciada sobre a matéria. Caso contrário manterão as reservas que têm vindo a referir.-----

--- O **senhor Presidente** voltou a referir que todas as propostas podem ser aceites e entregues na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para, eventualmente, serem enquadradas.-----

--- O que está hoje em discussão é a adesão ou não à Empresa, mediante os documentos de que todos têm conhecimento. O caderno de encargos, programa de procedimento e anúncio forem solicitados e não foram ainda aprovados na Associação.-----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** procedeu a uma análise aprofundada e devidamente quantificada do investimento previsto no âmbito do saneamento, concluindo que o Município de Santarém pagaria a totalidade do investimento, no montante de cerca de trinta milhões de euros, em vinte e cinco anos, mesmo não considerando alguns valores de fundo perdido ou de fundos de coesão ou Feder que viessem a acontecer. Por outro lado, ficaria também com todo o equipamento e poderia continuar a determinar a política da água nos próximos quarenta anos. Em seu entender esta matéria deve continuar a ser dos Municípios porque o preço político da água e aquilo que vai ser o negócio da água não deve ser alienado. A água é um bem muito importante e deverá ficar na mão dos Municípios que poderão dispor deste bem sem o “apetite” de alguns interessados neste negócio.-----

--- Chamou a atenção para o facto do artigo primeiro do acordo parassocial referir que não podem resultar aumentos para os munícipes durante o período da delegação mas depois o artigo quarto possibilita o aumento de tudo para que a empresa possa ser rentável.-----

--- Em seu entender devia ser feito um estudo para uma empresa exclusivamente municipal, porque há condições de fazer o mesmo investimento sem recurso a uma empresa privada.-----

--- O **senhor Presidente** considerou pertinente a análise dos números, todavia era importante equacionar também os custos de manutenção e de substituição dos equipamentos. -----

--- Por outro lado, frisou, não se estar a falar em privatização. O que se está a querer é constituir uma empresa intermunicipal onde os municípios vão manter a maioria do capital e vão poder gerir esse bem público que é a água. -----

--- Salientou ainda o facto de que efectivamente os Municípios poderiam investir se tivessem condições para tal, ou seja os Municípios poderiam dispor de fundos de coesão para fazer todos os investimentos necessários?-----

--- Disse compreender os argumentos do senhor Vereador José Marcelino, todavia esta é a única solução neste momento para se atingir cabalmente os objectivos que se pretendem, resolvendo-se os problemas de saneamento básico no Concelho de Santarém e melhorando o fornecimento da água.-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** salientou os custos de manutenção dos equipamentos referindo, a título de exemplo, que só para a manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santarém são necessários quatro meses por ano da receita da tarifa de saneamento.-----

--- Em seu entender esta é uma grande oportunidade para, num curto prazo, o concelho de Santarém dar um passo qualitativo no âmbito do saneamento básico, atingindo níveis muito próximos dos exigidos pelas directivas comunitárias. -----

--- A não constituição desta empresa vai trazer grandes prejuízos em termos ambientais para o concelho de Santarém. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** interveio novamente lembrando que, em reuniões anteriores, já havia referido que os documentos para a constituição da empresa, em seu entender, não defendiam os interesses de Santarém. Daí ter solicitado o caderno de encargos e programa de procedimento, pois pensava que estes documentos poderiam salvaguardar algumas questões que considerava essenciais.-----

--- Tal como já havia referido em reuniões anteriores, disse discordar de algumas

questões que constavam nos documentos, designadamente: -----

--- - as tarifas não deveriam aumentar para além da inflação; -----

--- - o investimento era insuficiente, nomeadamente o de substituição;-----

--- - era inaceitável que ao fim de quarenta anos ainda houvesse povoações sem rede de saneamento; -----

--- - a sede da empresa podia mudar para outro município, quando o Concelho de Santarém era o maior, representando trinta e dois por cento da empresa; -----

--- - os interesses dos trabalhadores não estavam devidamente salvaguardados. -----

--- Referiu-se também ao facto de não estar contemplada no programa de procedimento uma cláusula prevendo um prémio de subscrição destinado exclusivamente a um investimento adicional. -----

--- Aludiu também ao facto de Santarém dispor de um património valioso, devendo ser assegurado que, ao fim dos quarenta anos, não seja entregue completamente obsoleto. Por isso propõe que no caderno de encargos conste uma cláusula em que a empresa se comprometa a fazer os investimentos de renovação e manutenção que forem necessários.

--- O **senhor Presidente** interveio novamente lembrando que os municípios neste momento não podem recorrer ao crédito nem têm a possibilidade de recorrer ao fundo de coesão. -----

--- Referiu, por outro lado, que Santarém é o município que tem aglomerados urbanos com o número de habitantes mais baixo não sendo racional dizer que se vai fazer saneamento básico em aglomerados urbanos tão pequenos. Todavia, o Município de Santarém poderá sempre fazê-lo mediante um contrato-programa. -----

--- Lembrou que este assunto está a ser discutido desde Dezembro, tendo havido a oportunidade de se apresentarem as propostas que se consideravam importantes sobre esta matéria. -----

--- O município de Santarém ao participar nesta empresa fica com a possibilidade de, nos próximos quatro anos, fazer um investimento superior a seis milhões de contos (trinta milhões de euros), poder recorrer ao fundo de coesão e passar de uma taxa de

serviço de sessenta por cento para oitenta e dois por cento e se tal não acontecer a responsabilidade será de quem o impede de fazer. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** começou por referir que se a capacidade dos municípios recorrerem ao crédito estivesse a funcionar em pleno seria possível que a Câmara Municipal de Santarém e outras pudessem resolver muitos dos seus problemas, nomeadamente no âmbito do saneamento básico, da rede de distribuição de água e sua manutenção e em todas as áreas que entendessem necessárias. Todavia o Governo entendeu restringir os empréstimos bancários.-----

--- Relativamente aos fundos de coesão referiu não haver qualquer normativo legal que impeça os municípios de ter acesso aos mesmos. -----

--- Todavia, também aqui o Governo entendeu que só com a presença dos privados e a constituição de parcerias públicas e privadas os municípios poderão ter acesso aos fundos de coesão. -----

--- Assim, em sua opinião, é a Administração Central que impede o Poder Local de resolver os seus problemas a não ser que em prol de uma suposta eficiência, faça parcerias com os privados.-----

--- Em seu entender o que está em análise é a constituição ou não desta empresa e o que os cidadãos querem saber é se as forças políticas que gerem esta Câmara estão disponíveis para a constituição desta empresa pública/privada ou não estão. -----

--- É uma questão ideológica, de princípios e de convicções, afirmou.-----

--- Reconheceu que, para algumas forças políticas, dizer que não estão de acordo com a constituição de uma empresa privada é complicado, pelo que procuram outros pressupostos para camuflar a questão de fundo que é uma questão ideológica. -----

--- Considerou que a constituição desta empresa não é o melhor caminho porque a história nacional e internacional tem demonstrado que estes caminhos são perigosos e que somadas as vantagens e as desvantagens, as últimas são superiores.-----

--- Em sua opinião há países, como os Estados Unidos que adiantaram tanto nas desvantagens que já não têm aquilo que a Europa ainda tem que é considerar a água

como um direito de cidadania. Prosseguiu dando exemplos de parcerias públicas privadas que, em seu entender, não satisfaçam o interesse público conveniente.-----

--- Teceu ainda diversos comentários a propósito das empresas privadas, concluindo que apesar dos poucos recursos, apesar das limitações que o Governo do PSD - Partido Social Democrata e Centro Democrático Social impõe ao Poder Local, se o Executivo se empenhar e se quiser poderá resolver as questões do saneamento básico e de manutenção dos serviços de água no Concelho de Santarém e, mesmo que se possa levar mais tempo há uma coisa que nenhum tempo do mundo paga: é que não entregamos este bem público, este direito de cidadania conquistado pelo Vinte e Cinco de Abril a ninguém.---

--- O **senhor Presidente** confirmou que efectivamente os municípios estão impedidos de recorrer ao fundo de coesão por normas nacionais pois não há nenhuma directiva comunitária que o impeça.-----

--- Sublinhou que a empresa a constituir terá quarenta e nove por cento de capital privado e cinquenta e um por cento será dos municípios. Efectivamente, perante as alternativas existentes, esta é aquela que garante que esse bem público que é a água se mantenha nas mãos dos municípios de uma forma clara.-----

--- Disse estar convencido que a participação nesta empresa é a melhor decisão para o Município de Santarém.-----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador Joaquim Neto** que, a propósito da intervenção do senhor Vereador José Marcelino, disse ser necessário ter em conta que nem todas as receitas dos Serviços Municipalizados correspondem a lucros porque há custos de manutenção dos equipamentos.-----

--- Relativamente à intervenção da senhora Vereadora Hélia Félix referiu que os investimentos para o Concelho de Santarém correspondem a trinta e três vírgula catorze por cento do total do investimento em saneamento da empresa o que já é superior aos trinta e dois por cento de população.-----

--- Por outro lado, quando se diz que o privado vai ter vários milhões de euros de dividendos não se pode esquecer que a Câmara Municipal de Santarém também terá

dividendos.-----

--- A concluir referiu que a proposta do PSD - Partido Social Democrata nega todos os outros documentos, ou seja, para a selecção do parceiro privado não é preciso estudo de viabilidade económica basta o caderno de encargos, já que, conforme se pode ler na proposta, “o estabelecido no presente caderno de encargos prevalecerá sobre o clausulado contratual (...)”-----

--- O senhor **Vereador José Andrade** frisou que nunca defenderia a entrega de um monopólio natural sem acautelar um conjunto de questões.-----

--- Afirmou que o PSD - Partido Social Democrata viabilizará esta empresa se a proposta apresentada for aprovada porque dessa forma ficam acauteladas as garantias mínimas exigíveis para defender os interesses de Santarém.-----

--- Se não se considerar este documento, com as alterações que se propõem, como o que prevalece no futuro, as questões que o PSD - Partido Social Democrata levantou relativamente aos outros documentos mantêm-se.-----

--- Seguiu-se ainda um amplo debate com intervenções de todo o Executivo Municipal, após o que o senhor Presidente submeteu o assunto a votação tendo sido deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS - Partido Socialista e votos contra do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária, não participar na constituição da Empresa Águas do Ribatejo.-----

--- Apresentaram **Declaração de Voto**:-----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix**, em nome do **PSD - Partido Social Democrata**: ---

--- “Considerando que:-----

--- Santarém dispõe de um património que só nos serviços de abastecimento de água ascende a vários milhões de euros e de recursos humanos, bem como uma experiência e know-how que permite ter um bom serviço às suas populações.-----

--- A água é um bem público, de todos e para todos, pelo que a sua entrega (mesmo que parcial) a um parceiro privado tem de ser cuidadosamente controlada, regulada e estudada. Não poderemos aceitar negociações mal conduzidas, que vão determinar os

próximos quarenta anos. -----

--- Defendemos o livre funcionamento da economia e o dinamismo empresarial. No entanto, a água é um bem de primeira necessidade que não poderemos nunca ceder de forma inconsciente. Não nos podemos esquecer que esta empresa irá funcionar num regime de monopólio, em que as leis da livre concorrência não têm aplicação. -----

--- Defendemos o princípio do não aumento das tarifas para além da taxa de inflação e que as mesmas não poderão ficar dependentes de um determinado lucro a obter pelo parceiro privado. -----

--- Os municípios de Santarém pagarão até dois mil e oito tarifas mais altas que outros municípios da Lezíria do Tejo e terão um investimento per capita inferior. Ao invés, outras câmaras têm percentagens de investimento que representam o dobro da percentagem da população, com a agravante de pagarem tarifas inferiores. Neste sentido, não concordamos que os municípios de Santarém sejam e continuem a ser até dois mil e oito os que mais pagam da lezíria sem o adequado investimento. -----

--- Povoações sem rede de esgotos em dois mil e quarenta e três é um cenário que não podemos aceitar, mas que está preconizado no estudo de viabilidade da empresa “Águas do Ribatejo, Empresa Intermunicipal”. Sendo que a garantia de uma taxa de cobertura aceitável é de importância extrema, pois o saneamento é uma infra-estrutura essencial e a sua inexistência é injustificada em pleno século XXI. Actualmente, temos a quarta pior cobertura de esgotos, dos municípios que entram no projecto, em dois mil e quarenta e três teremos a segunda pior. -----

--- Investimentos de substituição é uma realidade absolutamente necessária que não se encontra devidamente assegurada. Não podemos concordar que em dois mil e quarenta e três as redes de água e saneamento estejam obsoletas, dado que o valor previsto para investimentos de substituição é manifestamente insuficiente. Não podemos concordar com a concessão de um sistema, por quarenta anos, sem garantias claras de que os equipamentos se manterão nas melhores condições, sendo substituídos assim que necessário. O PSD - Partido Social Democrata não concorda com a entrega parcial de

um monopólio a privados, sem garantias. -----
--- A possibilidade de mudança da sede para fora de Santarém é outro aspecto com o qual não podemos concordar. -----
--- A defesa dos interesses dos trabalhadores com a garantia da sua integração na nova empresa e a manutenção do vínculo à função pública a todos os trabalhadores que assim desejem é outra das nossas reivindicações.-----
--- Propusemos que estas questões tivessem sido salvaguardadas num Caderno de Encargos que fosse previamente aprovado. -----
--- Não foi esse o entendimento da actual maioria do PS - Partido Socialista que pretendia que passássemos um cheque em branco.-----
--- Para passar cheque em branco não contem connosco.-----
--- Para defender os interesses das populações podem contar sempre com o nosso voto.”
--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita**, em nome da **CDU - Coligação Democrática Unitária**: -----
--- “A primeira questão que gostaria de referir é que a água é para nós um bem público escasso, e que os municípios devem posicionar-se como um obstáculo permanente aos vorazes apetites de privatização que pelo mundo progridem no ataque à água, como bem público e indispensável à sobrevivência de todos os seres humanos, fundamentalmente daqueles que são os mais pobres e que mais penalizados são, quer no acesso a água, quer no acesso ao saneamento básico, como elementos cruciais, já assim entendidos pela ONU - Organização das Nações Unidas e pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e patrimoniais inalienáveis. -----
--- Nesse sentido o nosso voto contra, hoje, na constituição desta empresa, tem como sustentáculo primeiro este facto. -----
--- Um outro elemento que não consideramos de menor importância, é que a história recente de Portugal, neste caminho de privatizações e de parcerias público/privado, tem demonstrado até à exaustão, sem deixar dúvidas para ninguém que a eficiência, a eficácia, a defesa dos bens públicos, a defesa dos trabalhadores e a defesa da função

social do Estado estão permanentemente em causa, tendo-se verificado a degradação dos serviços, a minimização dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores, e a degradação do serviço prestado pelo Estado aos seus utentes.-----

--- Tem sido assim na área da saúde, tem sido assim na área da educação, tem sido assim na área dos transportes, tem sido assim na área da energia, tem sido assim em todas as áreas que são consideradas bens públicos.-----

--- Também por esta razão o nosso voto contra a proposta da constituição da empresa e, é por isso que há pouco dissemos e reafirmamos agora que o nosso voto contra não tem que ver com nenhum articulado específico de nenhum dos documentos que nos foram entregues, mas tem que ver em primeira mão e fundamentalmente com a constituição da empresa, independentemente desta sociedade anónima ter uma quota relativa ao privado de quarenta e nove por cento.-----

--- Um outro aspecto que gostaríamos de referir, prende-se com o que a história nos tem demonstrado, das consequências que em termos de água e saneamento básico, poderemos ter a curto prazo com a constituição desta empresa no nosso concelho. É que uma empresa constituída que tenha por fim não a prestação de serviços não lucrativos, mas uma prestação de serviços lucrativos, naturalmente terá que operacionalizar no terreno índices de intervenção e pressupostos de intervenção bem diferentes daqueles que são os pressupostos de intervenção de uma empresa pública. Terá em consideração aquilo que são recursos humanos, e aquilo que poderá ser a poupança de recursos humanos para a resposta necessária e precisa a prestação dos serviços, e naturalmente também terá em consideração a manutenção das infra-estruturas, que têm que ter como primeiro pressuposto o lucro, e não como primeiro pressuposto a saúde pública das populações e a qualidade de água dada aos munícipes.-----

--- Gostaria também de dizer que por exemplo, só dou um exemplo, porque muitos ficaram sem resposta em termos de contra-argumentação, pois não nos foi dito que as questões que levantamos não eram verdadeiras, eram hipóteses e portanto não foram desmentidas, mas gostaria só de dar um exemplo dos muitos que colocamos: é a não

referência por omissão em todos os documentos dados, daquilo que serão futuramente os laboratórios existentes dos nossos Serviços Municipalizados. Pelo que sabemos, se não é a única infra-estrutura do país, é das poucas existentes, e que tem vindo a melhorar a sua prestação de serviços não só aos munícipes do concelho, mas também aqueles que vivem fora do concelho, dando resposta de qualidade a este processo de fiscalização de um bem público que é a água, e que ficou sem resposta, porque está omissos nos documentos que nos foram entregues.-----

--- Finalmente gostaria de referir que a questão que aqui foi levantada, e que é de natureza política, também ela, embora agora eu fale de política porque não quero ofender ninguém por questões de natureza ideológica. A política é nem mais nem menos que a concretização da nossa ideologia mas, falando em questões de natureza política, as dificuldades dos acessos aos fundos comunitários, as dificuldades de endividamento, não decorrem nem da população do concelho de Santarém, nem neste momento deste Executivo que aqui está. E aquilo que se exige a este Executivo é que por todos os processos tente resolver esta questão, ultrapassá-la e encontrar resposta que, em termos políticos, os cidadãos do concelho necessitam.-----

--- Gostaria também de afirmar que sendo uma questão de natureza política, é com o Governo de maioria PSD/CDS, que nós neste momento temos que – e permitam-me a expressão popular – “encostar à parede” no sentido de exigir que tirem os entraves e obstáculos que estão a criar ao desenvolvimento sustentado do concelho, pelo menos a afunilar as decisões políticas que os municípios podem tomar. O facto de impedirem que os municípios possam recorrer a empréstimos bancários, o facto de impedirem por normativos, que não são legais, mas são decisões políticas que se possa recorrer a determinados fundos de coesão, é nem mais nem menos que o afunilar do regime democrático, é nem mais nem menos que a decisão de impedir os municípios eleitos democraticamente de gerirem o seu concelho como entendem no consenso das forças políticas que estão presentes, determinando superiormente por entraves que não são democráticos a nossa gestão e a nossa resposta pública àquilo que são os interesses da

população. Isto é inadmissível! Um regime que é democrático, que não é ditadura, que não tem uma vontade única e a quem o Governo impõe por determinações não legais afunilamentos e a tentativa de impor vontades únicas, é na minha opinião, isto que o PS - Partido Socialista deveria empenhar-se em resolver, em ultrapassar exigindo do PSD - Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social e do Governo que nós temos a resolução destes problemas por decisões que são democráticas e não por decisões unilaterais impostas. -----

--- Gostaria também de dizer, para terminar, que este não é o caminho que obrigatoriamente tenhamos que seguir, outros modelos e outras alternativas existiam e por essas, na nossa opinião de capitais exclusivamente públicos deveríamos seguir.” ----

--- **Senhor Presidente** em nome do **PS - Partido Socialista**: -----

--- “Primeiro – A decisão agora tomada hipoteca decisivamente o futuro de Santarém na gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e saneamento. -----

--- É um revés para o concelho a que presido e para o qual a constituição da empresa Águas do Ribatejo traria no curto/médio prazo investimentos superiores a trinta milhões de euros (seis milhões de contos), dos quais vinte e cinco por cento iria para as águas e setenta e cinco por cento para os esgotos. -----

--- Segundo – Significa que os investimentos que desejávamos fazer nos próximos anos estão imediatamente gorados. -----

--- Significa também que o previsto salto na cobertura da rede de recolha e no tratamento dos esgotos em muitas das freguesias onde essa lacuna existe está comprometido no médio prazo. -----

--- Significa em último termo que face à situação financeira do município e às restrições conhecidas na contracção de empréstimos não há qualquer possibilidade de ser a Câmara de Santarém a assumir e a assegurar o investimento necessário à realização da obra viável no contexto de um sistema integrado dos serviços de abastecimento de água e saneamento da Lezíria do Tejo e do qual Santarém absorveria trinta e três por cento do investimento, manteria as tarifas e não seriam afectados os direitos dos trabalhadores dos

serviços municipalizados como profusamente foi demonstrado nesta e noutras sessões. -

--- Em suma, esta decisão significa que prestámos um mau serviço aos munícipes que nos elegeram, sobretudo àqueles cujo abastecimento de água continua a ser deficiente e cujo saneamento está longe dos padrões de qualidade que exigimos para a nossa população.-----

--- Terceiro – Porém, “sem ovos não podemos fazer omeletes”. -----

--- Neste caso, sem dinheiro não podemos fazer as melhorias que o Concelho exige e merece, sobretudo nas freguesias onde estas necessidades são mais óbvias e onde todos os dias os respectivos presidentes são confrontados com esta realidade e com as queixas, justas aliás, relativamente à qualidade dos serviços prestados.-----

--- Só assim compreendendo o sentimento positivo relativo a este empreendimento partilhado pelos Presidentes de Junta, independentemente do partido que representam, e o apoio que de uma forma generalizada fui obtendo para esta proposta que hoje aqui trouxe e defendi com seriedade, rigor e transparência. -----

--- Proposta essa aliás, que foi o culminar de um processo de diálogo que envolveu os Presidentes de Junta e por seu intermédio as populações que eles representam. -----

--- Quarto – Como em tudo na vida, há um tempo para discutir e para contraditar. -----

--- Este processo observou esse sagrado princípio da democracia.-----

--- Também como na vida, há um tempo para decidir e eu decidi trazer a esta reunião a proposta de constituição da Empresa de Águas do Ribatejo por entender que ela constituía a melhor forma de servir os interesses de Santarém e das suas populações.----

--- Agora, com a legitimidade que lhe assiste, a Câmara decidiu, reprovando a constituição da Empresa de Águas do Ribatejo.-----

--- Como democrata, resta-me aceitar o resultado, embora ciente que o mesmo traduz um péssimo serviço às nossas populações, uma vez nos próximos anos não terão saneamento as seguintes freguesias: Abrã; Alcanede; Almoester; Arneiro das Milhariças; Azoia de Baixo; Azoia de Cima; Moçarria; Romeira; Póvoa da Isenta; Póvoa de Santarém; Tremês (Arneiro de Tremês e Carvoeira); Vale de Figueira; Vale de Santarém

(Alto do Vale).-----

--- Porém, também como na vida, é agora tempo de assumir as consequências desta decisão. -----

--- Esse fardo político, esse ónus portanto, recai agora por inteiro nas oposições.-----

--- Quinto – Não deixo de acreditar na seriedade, na bondade e na utilidade da proposta da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.-----

--- Continuo mais convencido do que nunca que esta é, ou seria, a melhor solução para Santarém e para os escalabitanos. Direi mesmo mais, esta é a solução pela qual, de novo e no futuro, me baterei empenhadamente. -----

--- A decisão de hoje, não sendo uma fatalidade completamente irremediável, compromete contudo, de forma grave, a possibilidade de executar investimentos fundamentais com o apoio do Fundo de Coesão.-----

--- Tenho pena, pois pode ter-se perdido a oportunidade de tomar uma decisão estratégica, fundamental e de olhos postos no futuro! -----

--- Tudo farei para resolver cabalmente os problemas de saneamento que ainda se mantêm por resolver.”-----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia um de Março, com início às nove horas. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram doze horas cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Repartição em Regime de Substituição redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- Eng.º Rui Barreiro _____

-----OS VEREADORES-----

--- Eng.º José Andrade _____

--- Manuel Afonso _____

--- Dr.ª Maria Luísa Mesquita _____

--- Dr.ª Hélia Félix _____

--- Idália Moniz _____

--- Eng.º Joaquim Neto _____

--- Dr. Henrique Soares Cruz _____

--- José Marcelino _____

--- Dr. Ramiro Matos _____

--- José Rui Raposo _____